

43º Encontro Anual da ANPOCS

SPG 18 – Violência urbana, formas de controle e sistemas de punição

Os homicídios de Porto Alegre entre os anos de 2016 e 2018: as novas formas de matar no contexto de um capitalismo *gore*

Betina Warmling Barros

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Caxambú, 2019

Introdução

“Porque a Região Metropolitana virou palco de crimes tão brutais?” Esse é o questionamento que o jornal Zero Hora se faz em manchete do dia 06 de agosto de 2018.

A matéria veio acompanhada do seguinte relato:

O último episódio de esquartejamento aconteceu na quinta-feira, quando o corpo de um homem apareceu cortado aos pedaços e decapitado, no bairro Mário Quintana, na Zona Norte. Braços e pernas estavam em sacos plásticos ao longo de uma estrada vicinal. A cabeça foi encontrada a oito quarteirões do tronco (...)¹.

A realidade a que faz referência o extrato jornalístico parece indicar, na capital do Rio Grande do Sul dos últimos anos, um novo quadro para a violência letal da cidade, especialmente marcado por corpos hiperdestruídos, níveis extremos de violência e técnicas brutais de eliminação do ser humano. Trata-se de uma realidade inserida no conceito cunhado pela autora mexicana Sayak Valencia de “violência *gore*” em que, assim como nos filmes do gênero *gore*², há uma teatralização da violência, um excesso de derramamento de sangue e uma exposição visceral do corpo (2010, p. 24).

Na lista das capitais mais violentas do país do ano de 2016, Porto Alegre foi a primeira colocada em relação às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e a sétima colocada no ranking geral (CERQUEIRA et al, 2018). A violência letal nesse patamar é uma realidade inédita para a cidade, que possui o sexto melhor IDH entre as capitais do país, segundo os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010). De acordo com os dados computados pela imprensa local, em seis anos, os homicídios cresceram 84% na capital gaúcha, saltando de 366 em 2011 para 676 em 2016³. Se em 2014, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes da cidade era de 43,1, ela subiu para 46,6 em 2015 e atingiu o ápice histórico de 55,6, em 2016 (CERQUEIRA et al, 2018).

Ainda que a grande maioria desses atos ocorram pelo uso de arma de fogo⁴, a realidade de Porto Alegre demonstra que outras formas de operacionalizar a violência letal têm sido utilizadas pelos agentes, como o uso de esquartejamento e decapitações, por exemplo. Apenas em 2016, foram registradas 16 decapitações na Região Metropolitana

¹Por que a Região Metropolitana virou palco de crimes tão brutais, *Zero Hora*, 06 ago. 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/08/por-que-a-regiao-metropolitana-virou-palco-de-crimes-tao-brutais-7187153.html>>.

²O gênero terror *gore* pode ser representado pelo filme italiano *Holocausto Canibal*, do diretor Ruggero Deodato. Nesse tipo de produção cinematográfica, há um claro objetivo em assustar, horrorizar e chocar o espectador. A palavra *gore* advém do vocabulário inglês e poderia ser traduzido por “sangue coagulado”.

³Capital registra aumento de 84% nos assassinatos. *Zero Hora*, 02 dez. 2016, p. 36.

⁴Segundo Cerqueira et al, 71,1% dos homicídios de 2016 foram realizados com uso de tal instrumento (2018, p. 70).

gaúcha e 15 episódios de chacina, totalizando 50 mortes no total, em um ano em que 70% dos homicídios foram motivados por desavenças internas ao mercado ilegal do tráfico de drogas⁵.

O que parece indicar algumas explicações para o panorama apresentado, é aquilo que se tem chamado de “reconfiguração” no tráfico ilícito de drogas da região, centrada na disputa entre grupos criminosos pelo predomínio do mercado em certas localidades da cidade, principalmente a partir da consolidação do coletivo criminal autodenominado “Bala na Cara”, no ano de 2008 e da disputa com o grupo rival “Antibala”, a partir do ano de 2016⁶ (CIPRIANI, 2019). Contudo, as razões que explicam o uso dessas *novas formas de matar* ainda precisam ser melhor apreendidas, tanto porque os estudos publicados não se voltaram especificamente à forma como se operam as mortes, tanto porque essa dita “reconfiguração” do tráfico local está em constante transformação, não tendo ainda atingido um estágio de estabilização.

A partir desse cenário, o presente trabalho busca descrever as configurações sociais que as facções locais produziram nos últimos três anos para compreender quais as razões que explicam a escolha pela violência letal extrema. Assim, trata-se de uma investigação qualitativa cuja metodologia empregada foi a de análise de conteúdo dos dados oriundos de três tipos de fontes que, em conjunto, formam o *corpus* da pesquisa: a) notícias veiculadas em dois jornais de Porto Alegre – *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* – entre os anos de 2016 e 2018; b) entrevistas com agentes do sistema de justiça criminal de Porto Alegre; c) vídeos disponíveis no site *YouTube*, selecionados a partir dos termos “Bala na Cara” e “Antibala”.

Após a seleção das notícias, chegou-se a um total de 127 páginas de jornal, as quais foram analisadas com o auxílio do programa NVivo 12 que permitiu a codificação do conteúdo das notícias nas categorias previamente construídas. O presente trabalho versa sobre duas de um total de sete categorias principais, sendo essas a “Formação dos grupos” e a “Violência extrema”. Enquanto a primeira dessas categorias foi subdividida de acordo com os três principais *embolamentos*⁷ da região (BNC, Antibala e Manos), a segunda foi

⁵Capital registra aumento de 84% nos assassinatos. *Zero Hora*, 02 dez. 2016, p. 36.

⁶Como nasce uma facção: entenda o surgimento dos principais rivais dos “Bala na Cara”. *Diário Gaúcho*, 09 abr. 2016. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2016/04/como-nasce-uma-facciao-entenda-o-surgimento-dos-principais-rivais-dos-bala-na-cara-5758161.html>>.

⁷ Termo nativo utilizado como sinônimo de facção, coletivo criminal ou união entre mais de um pequeno grupo em nome de um objetivo em comum (como é o caso do *embolamento* Antibala).

decomposta em razão do ano de ocorrência dos episódios violentos. Os dados oriundos das demais fontes foram analisados em conjunto com esses grupos temáticos.

A lente teórica específica utilizada no trabalho está enraizada principalmente na teoria da filósofa mexicana Sayak Valencia (2010). A autora, ao fundar suas pesquisas na realidade das redes de criminalidade do México, sobretudo aquelas vinculadas ao narcotráfico, dá ênfase a uma perspectiva que conecta o tráfico de drogas e a produção da violência extrema nos países do “Terceiro Mundo” a práticas próprias do neoliberalismo mais contemporâneo. Com esse intuito, Valencia cunha o conceito de capitalismo *gore* que consiste em uma dimensão descontrolada do projeto neoliberal, marcado pelo uso da violência na sua forma mais visceral e pela reafirmação dos homens como sujeitos provedores econômicos, cuja virilidade é reforçada pelo exercício ativo da violência.

A pesquisa se justifica na medida em que a excepcionalidade na forma como têm se operacionalizado as mortes ora discutidas parece indicar reconfigurações importantes nos modos de ação de um grupo social. Ademais, apesar da temática dos homicídios já ter impulsionado diversas tentativas de compreensão sociológica, Ratton et al advertem para a ausência de produções que proponham uma análise configuracional dos homicídios, ou seja, que o compreendam como um fenômeno social complexo, a partir da articulação entre as características das vítimas, dos acusados e os elementos situacionais do ato (2011, p. 73).

Outra justificativa se funda na expansão de formas coletivas de realização da venda de drogas ilícitas no país (as chamadas facções criminais). Muito tem sido dito, por exemplo, sobre a difusão no território nacional do grupo paulista intitulado “Primeiro Comando da Capital”, o qual pretenderia controlar o tráfico de drogas do país (FELTRAN, 2018). Pouco se sabe, contudo, sobre a organização da venda de ilícitos no território gaúcho, suas possíveis ligações com o mercado de drogas do Brasil e as particularidades dos coletivos nascidos nessa localidade.

2. As necopráticas do capitalismo *gore*

Em 2018 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública dedicou-se a mapear a incidência dos grupos no território brasileiro, indicando quais coletivos estão presentes em cada Unidade Federativa (FBSP, 2018). A conclusão da análise é sintomática: apesar do avanço em quase todos os indicadores socioeconômicos durante a segunda metade da

década, as facções encontraram cenário propício para a nacionalização das suas redes (FBSP, 2018, p. 5). Esse contexto de expansão das dinâmicas coletivas do tráfico de drogas no Brasil a partir da década de 1990 fundamentou a produção de diversas pesquisas no campo das ciências sociais do país, seja em relação à realidade das capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo (cf. DIAS, 2011; GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; MISSE, 2010; ZALUAR, 2012), seja pela abordagem das práticas regionais do mercado da droga (cf. DAUDELIN; RATTON, 2017; PAIVA, 2019; ZILLI, 2015).

O presente artigo, contudo, se afasta das “teorias etnográficas do crime” elaboradas no país (AQUINO; HIRATA; 2018, p. 113) para propor a compreensão das dinâmicas do tráfico de drogas de Porto Alegre, enquanto um fenômeno inserido no capitalismo *gore* (VALENCIA, 2010). Ainda que os estudos realizados no campo da “sociologia da violência” e da “antropologia do crime” sejam fundamentais para a contextualização do objeto da pesquisa, o artigo funda sua análise a partir da compreensão da violência extrema do tráfico de drogas como um fenômeno próprio de alguns países latino-americanos.

A palavra *gore* é o termo escolhido pela filósofa mexicana Sayak Valencia Triana para qualificar o capitalismo, as práticas e a violência próprios do contexto do narcotráfico mexicano – ou os processos de *fazer morrer* no Terceiro Mundo atual. Valencia é pioneira ao retomar o conceito teórico de Achille Mbembe (2014) de *necropolítica* para explicar a realidade específica do tráfico de drogas na América Latina. Para ela, esse conjunto de características que compõem o “capitalismo *gore*”, como práticas violentas específicas dos atores do narcotráfico, fazem parte de estratégias utilizadas para se fazer frente ao Primeiro Mundo e, assim, acessá-lo a partir de formas ultraviolentas de produção de capital econômico (2010, p. 16).

Valencia entende que, com a emergência da globalização marcada pela desregulação do trabalho e pela popularização de novas tecnologias, monta-se um cenário propício para a criação de uma nova identidade pessoal, nacional e social. Nos termos postos por ela, esses processos globais mais atuais levam “à aglutinação de indivíduos encapsulados em si mesmos”, os quais participam de forma ativa ou passiva de uma cultura do hiperconsumismo (2010, p. 32). É também o que destaca Mbembe quando o autor chama a atenção para a construção da “ficção de um novo ser humano ‘empresário de si mesmo’” (2014, p. 14).

No contexto da necropolítica de Valencia, os desejos de governabilidade e da seguridade trazidos pela biopolítica se materializam pela exploração dos recursos naturais do território, pela venda da segurança privada e pela apropriação dos corpos da população ou como mercadorias de troca, ou como corpos consumidores das mercadorias oferecidas pelo *necomercado* (VALENCIA TRIANA, 2012 p. 99). Compartilhando desse entendimento, Estévez afirma que a guerra às drogas (ou narcoguerra) nada mais é do que uma guerra necropolítica realizada para alcançar a “governabilidade necropolítica do Estado” (2017, p. 72). Já o necoproder seria uma apropriação criminal dos elementos mais fundamentais da biopolítica (território, seguridade e população), sem que isso implique no estabelecimento de um Estado paralelo (ESTÉVEZ, 2017b, p. 79).

A grande inovação de Valencia foi perceber que, no caso da realidade dos países do “Terceiro Mundo” impactados pelo mercado da droga e da violência, são os próprios indivíduos sujeitados pelo estado os responsáveis por efetivar boa parte das estratégias da necropolítica. O contexto do surgimento dessas estratégias é o da crise econômica da década de 80 no continente latino-americano, quando os níveis de pobreza foram ainda mais aprofundados, em conjunto com políticas de desregulação dos mercados, da ineficiência estatal e do bombardeio de informação consumista. Esses fatores em conjunto ajudaram, na visão de Valencia, a popularização da economia criminal e o uso da violência como ferramenta mercantil (2010, p. 36).

Os significados do trabalho também compõem o quadro observado por Valencia. Nesse momento de pós-fordismo, a subversão dos processos tradicionais de trabalho, o fortalecimento de um desprezo à condição de proletariado e à cultura laboral, além de uma profunda socialização pelo consumo são fatores que possibilitam as condições para o surgimento de novas práticas, as quais levam à necessidade de um novo conceito para expressar a ideia de força de trabalho. Para Valencia, esse novo conceito são as chamadas práticas *gore*” (ou necropráticas) entendidas como o exercício sistemático e repetido da violência mais explícita, ferramenta de enriquecimento rápido que permite o custeio tanto de bens comerciais como a conquista da valorização social (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 82).

Essas práticas seriam fundamentalmente exercidas pelo sujeito *endriago*⁸, caracterizado pela junção entre a precariedade material – lógica da carência – com os valores consumistas – lógica do excesso – e entre as lógicas da frustração e da heroificação (*ibid.*, p. 87). São sujeitos responsáveis por transformar a violência explícita em ferramentas para o necroempoderamento. O termo utilizado por Valencia pretende descrever os processos que, através das práticas violentas rentabilizadas, transformam contextos de vulnerabilidade e práticas distópicas e perversas em possibilidades de ação e de auto-poder (*ibid.*, p. 84). Assim, se essa violência extrema se transforma em trabalho, vida e cultura, as subjetividades “capitalísticas” preveem o agenciamento de práticas ultraviolentas e a cultura laboral reconverte vida e trabalho em uma mesma unidade com sentido equiparado à violência (VALENCIA, 2010, p. 93).

Há um elemento essencial para que esse quadro explicativo faça sentido na proposta da autora: o exercício da masculinidade e suas conexões com a configuração do Estado mexicano (VALENCIA, 2010). Para ela, a performance de gênero masculino é entendida como a obediência acrítica dos homens jovens que desempenham as normas de gênero ditadas pela masculinidade hegemônica, cujos postulados principais são: responsabilidade econômica, indiferença ante o perigo, menosprezo às virtudes femininas e afirmação da sua autoridade em qualquer nível. O cumprimento dessas imposições da masculinidade hegemônica se faz de forma repetida até o momento em que são naturalizadas e se estabelece uma suposta “essência masculina”.

Para Valencia, portanto, o uso da violência seria uma resposta ao medo da “desvilirização” que recai sobre os homens jovens dada a crescente crise laboral e a incapacidade, daí decorrente, de se constituir, de modo legítimo, em seu papel de “macho provedor”. Assim, nos países em que os níveis de assalariamento da população jovem de baixa renda são insuficientes – com pioras severas em momentos de crise – o exercício do papel de provedor é possibilitado apenas pelas vias ilegais. Ocorre, então, um giro

⁸ É dessa forma que Valencia explica a utilização do termo: “Tomamos el término endriago de la literatura medieval, específicamente del libro Amadís de Gaula. El endriago es un personaje literario, monstruo, cruce de hombre, hidra y dragón. Se caracteriza también por una gran estatura, ligereza de movimientos y condición bestial. En el libro se le describe como un ser dotado de elementos defensivos y ofensivos suficientes para provocar el temor en cualquier adversario. Su fiereza es tal que la ínsula que habita se presenta como un paraje deshabitado, una especie de infierno terrenal al que sólo podrán acceder caballeros cuya heroicidad rondara los límites de la locura y cuya descripción se asemeja a los territorios fronterizos contemporáneos. El endriago representa también la construcción del Otro, el abyecto que por diferente debe ser sometido o erradicado dentro de las narrativas justificativas de la colonización de América” (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 87).

epistemológico em que a violência é percebida tanto como ferramenta de autoafirmação pessoal, como um modo de subsistência (VALENCIA, 2010, p. 91).

Nesse contexto, Valencia traz os exemplos das decapitações e esquartejamentos vivenciados na realidade mexicana (2010, p. 105). Essa violência como “disciplina econômica” é operacionalizada de modo a imprimir marcas específicas de cada grupo criminal. Trata-se de uma violência com um “selo pessoal” de cada grupo, em que a truculência da sua produção máscara uma racionalização distópica e propriamente econômica, na qual, ao contrário do que poderia se pensar, não se perderam as referências do porquê se mata. No caso do México, por exemplo, a autora traz a questão da subversão de antigos códigos de ética em que mulheres e crianças eram preservados nessa disputa violenta. Uma vez que os únicos códigos que se mantêm em vigor são aqueles ditados pela economia, impõem-se novas regras em que se torna possível racionalizar a morte sem distinção de gênero e idade.

Assim, o que legitima o uso da teoria na presente pesquisa é a completude de compreensão que ela proporciona, articulando teoria de gênero e crítica ao sistema econômico, ao mesmo tempo que busca compreender as especificidades do mercado da droga nos países de “Terceiro Mundo” e as dimensões que a violência extrema toma nesses contextos. Alguns estudos já foram produzidas a partir desse arcabouço teórico (ESTÉVEZ, 2017a, 2017b; NORIEGA; CID, 2017), mas sempre em relação ao contexto do narcotráfico mexicano. Conforme será apresentado a seguir, o presente artigo busca tecer possíveis conexões entre a tese do capitalismo *gore* e as *novas formas de matar* observadas na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 2016 e 2018.

3. A formação dos coletivos criminais de Porto Alegre

Para compreender a territorialização das facções de Porto Alegre, antes é preciso destrinchar a continuidade entre os espaços da rua e as dinâmicas de divisão das galerias do Presídio Central⁹. A maior instituição carcerária do estado do Rio Grande do Sul, hoje responsável por abrigar 4.299 presos, em um espaço físico com capacidade para 1.824

⁹ A instituição mudou de nome em janeiro de 2017 e passou a ser oficialmente a “Cadeia Pública de Porto Alegre”. A mudança pretende afirmar o local como sendo espaço para recebimento de presos sem condenação definitiva. Contudo, em razão da nomenclatura “Presídio Central” ainda ser amplamente utilizada pela comunidade gaúcha, optou-se por manter tal denominação no presente trabalho (ver: Presídio Central de Porto Alegre muda de nome. *Zero Hora*, 14 jan. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/presidio-central-de-porto-alegre-muda-de-nome-9349266.html>>).

vagas¹⁰, já foi considerada a pior unidade prisional do país pela CPI do Sistema Carcerário (BRASÍLIA, 2009, p. 488). O presídio é administrado pela Polícia Militar do estado desde 1995, quando a força policial adentrou à instituição em caráter provisório após uma série de episódios de rebelião dos detentos e da fuga do principal líder dos presos à época, Dilonei Melara.

A entrada da Brigada Militar¹¹ no presídio representa um marco na história do sistema prisional do estado. O período anterior ao fato, sobretudo desde o início da década de 1980, foi fortemente marcado por diversos episódios de assassinatos no interior das prisões gaúchas. Do lado de fora, o território conhecido como “Morro da Cruz”, na Zona Leste da capital gaúcha, foi um dos primeiros locais a possuir uma logística sistemática de venda de drogas. Em 1979, “Carioca” herdou o comando do tráfico no lugar de um antigo líder da comunidade, “Anão”, traficante que tinha instaurado uma lógica de moralização do crime e de vinculação com os moradores (DORNELLES, 2017, p. 30).

Nesse mesmo período, assaltos a bancos e a ônibus na Serra Gaúcha eram protagonizados por Dilonei Melara, um importante personagem da história do crime gaúcho. Em 1985, o assaltante se tornou conhecido pela morte de dois agentes penitenciários durante o resgate de um companheiro, e, em 1987 fugiu, pela segunda vez, da Penitenciária Estadual de Charqueadas, considerada de segurança máxima (DORNELLES, 2017, p. 64). Além da sua criatividade nos episódios de fuga e nos planos de assaltos (CIPRIANI, 2019, p. 46), foi principalmente sua capacidade de liderança entre os presos o que lhe possibilitou mobilizar a população carcerária em um grupo forte o suficiente para demandar melhorias ao Estado e articular o crime na rua.

Na década que se seguiu, ocorreram diversos motins dos apenados do Presídio Central, com destaque para aquele de julho de 1987, considerado o primeiro episódio de autoria da Falange Gaúcha, quadrilha liderada por Melara até então voltada aos assaltos a bancos e que cada vez mais se vinculava ao tráfico de drogas. A primeira facção prisional do Rio Grande do Sul se caracterizava pela criação de mecanismos de auxílio aos presos e aos apenados libertos ou foragidos e possuía clara inspiração na já consolidada Falange Vermelha no Rio de Janeiro (CIPRIANI, 2019, p. 50).

¹⁰ SUSEPE. Presídio Central de Porto Alegre. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21. Acesso em: 9 de setembro de 2019.

¹¹ No Rio Grande do Sul a Polícia Militar também é denominada Brigada Militar.

Os constantes motins e fugas do Presídio Central à época também impulsionaram mudanças na atuação estatal. Em 1988, a Secretaria da Justiça decidiu pela transferência da direção das prisões gaúchas aos oficiais da Brigada Militar, contrariando os preceitos da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e acreditando que a sua estrutura militarista e disciplinada pudesse conter as turbulências dos estabelecimentos prisionais (DORNELLES, 2017, p. 80). No mesmo período, iniciaram-se os trâmites para a construção da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC).

Enquanto isso, a morte de Carioca marcou um novo momento de transição no tráfico no “Morro da Cruz”, que passou a ser comandado por “Jorginho da Cruz”, braço-direito do antigo líder, mas desprovido do prestígio dos antigos chefes do tráfico diante da comunidade local. Após alguns de seus companheiros terem sido capturados pela polícia, Jorginho buscou se esconder no interior do Estado, o que não o livrou da prisão, ainda em 1990 (DORNELLES, 2017, p. 100). Com Jorginho e Melara presos, uma guerra entre grupos rivais começou a se consolidar dentro e fora das prisões, sobretudo na busca pela hegemonia do controle dos presídios e do tráfico de drogas na cidade de Porto Alegre.

Em 1994, seis presos renderam 27 funcionários do Hospital Penitenciário, demandando a transferência de Melara da PASC ao Central, o que foi efetivamente atendido pelas autoridades estatais (CIPRIANI, 2019, p. 44). O episódio acabou marcado pela perseguição da polícia aos veículos em que se encontravam os presos e os reféns, terminando em uma célebre cena no Hotel Plaza São Rafael, no centro de Porto Alegre, onde Melara foi recapturado depois de adentrar a porta principal do hotel com o carro que dirigia (DORNELLES, 2017, p. 132). Após esse episódio, o Presídio Central ainda presenciou diversas fugas de apenados, até que, em julho de 1995 a Brigada Militar assumiu a administração do estabelecimento, fato que veio a se transformar em um importante fator no processo de redução de conflitos no interior do presídio, sobretudo pela preferência da corporação em negociar ao invés de entrar em confronto direto com os presos¹² (CIPRIANI, 2019, p. 54).

Em concomitância à mudança de gerência do Presídio Central, Melara passou a expandir o comando do tráfico de drogas por outros pontos na cidade, sobretudo após a morte de Jorginho da Cruz, seu principal concorrente até então. O grupo da principal figura

¹² Nesse momento a Brigada Militar passou a administrar o Presídio Central, a Presídio de Alta Segurança de Charqueadas, Penitenciária Estadual de Charqueadas e Penitenciária Estadual de Jacuí.

do crime gaúcho formou, então, seu próprio coletivo, conhecido como “Manos”. Dando continuidade a alguns pactos que já existiam na extinta Falange, o grupo também se caracterizava pela oposição à polícia e pela vinculação a uma identidade do *crime*, negando o envolvimento com o trabalho e o estudo, por exemplo (CIPRIANI, 2019, p. 64).

Os tensionamentos que a resistência dos Manos ainda gerava no ambiente prisional levou à estratégia, por parte da Brigada Militar, de intensificar a separação dos apenados, mantendo os sujeitos identificados com o coletivo na 2ª e 3ª galeria do Pavilhão B do Central (*ibid.*, p. 67). Em contrapartida, os rivais dos seguidores de Melara, estimulados pela administração do presídio, acabaram se constituindo como “Brasas”, em referência ao seu líder de mesmo nome. O apenado foi escolhido pela própria força policial como o preso responsável por determinada galeria, devendo gerir o espaço de modo que as instabilidades fossem contidas e, em troca, podendo escolher os presos que iriam compor o pavilhão (*ibid.*, p. 68).

Como uma espécie de terceira via, os “Abertos” se tornaram um agrupamento que unia aqueles que estavam em desacordo tanto com os Manos, como com os Brasas, ou seja, um coletivo formado por aqueles que *abriram* dos dois grupos (DORNELLES, 2017, p. 157). Conforme observa Cipriani, portanto, a virada do século significou para o Presídio Central o início de um período de “pacificação”, em que os antigos episódios de fugas e assassinatos no interior do estabelecimento deixaram de ocorrer com a frequência observada nas décadas anteriores, sobretudo a partir da abertura de canais mais duráveis de comunicação estabelecidos entre os apenados e a Brigada Militar¹³ (2019, p. 73).

No início dos anos 2000, a partir de uma dissidência dos Brasas ocorrida na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), o conflito no interior do coletivo deu origem à criação dos “Unidos pela Paz”, primeiro grupo em que se notou uma maior descentralização da figura do líder (CIPRIANI, 2019, p. 81). O assassinato de Melara, em 2005 – um ano após o preso ter sido liberado para o regime semiaberto e ter, em seguida, empreendido fuga do local – marcou o fim de um importante período dos coletivos criminais da capital gaúcha, marcado pelo protagonismo do apenado conhecido pelas fugas cinematográficas e pela liderança adquirida nos presídios do Estado através da sua

¹³ A organização das galerias do Central a partir da vinculação aos grupos prisionais que haviam sido formados nesse ínterim foi uma estratégia inaugurada nesse período, mas que nunca deixou de ser utilizada pela administração do presídio.

capacidade de negociação com as autoridades nos momentos críticos de instabilidade e do respeito diante dos demais presos (DORNELLES, 2017, p. 172).

A fase que se seguiu à morte do líder dos Manos foi marcada, em primeiro, por uma crescente divisão das galerias do Presídio Central por parte das facções, as quais começavam “a se tornar não só mais homogêneas internamente (...), como também mais diversificadas entre si” (CIPRIANI, 2016, p. 115). Assim, entre os anos de 2005 a 2011, os coletivos criminais coexistiram de forma menos violenta, respeitando as divisões do território da cidade no que se refere ao domínio do mercado ilícito de drogas. Como bem concluiu Cipriani, essa divisão tanto “fora” do Presídio Central, como “dentro” (a partir das galerias consolidadas para cada coletivo) se estabeleceu, nesse período, como uma lógica de fortalecimento dos grupos: o poder espacial no interior do Central aumentava o poder econômico no mercado de drogas e vice-versa (2016, p. 128).

Conforme será demonstrado nos tópicos a seguir, enquanto a “paz” no interior do presídio mantém-se até os dias atuais, a estabilidade da rua foi rompida no período mais recente. A emergência de um novo grupo autodenominado “Bala na Cara”, ou simplesmente Balas, é um dos principais fatores que confluíram para a mudança de panorama. Nessa nova configuração do mercado da droga do estado, os Manos – que apesar de manterem o mesmo nome, diferenciaram-se muito da formação inicial comandada por Melara – tornaram-se a principal referência ao mundo do crime, a organização *a ser alcançada*.

3.1 Os Manos: “eles evitam essa coisa mais odiosa”

Da Falange Gaúcha dos anos 80, passando pelo agrupamento liderado por Melara, os Manos chegam ao cenário atual como “a facção mais antiga e ainda a mais rica nas cadeias gaúchas”¹⁴. O seu principal território de atuação, contudo, são cidades de porte médio no interior do Estado, com destaque para a atuação no Vale dos Sinos¹⁵, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande e Bagé. Em Porto Alegre, os Manos possuem seu principal ponto de atuação no Condomínio Princesa Isabel, localizado no bairro Azenha.

¹⁴ Facções criminosas avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

¹⁵ Vale formado por municípios ao entorno do Rio dos Sinos, como Novo Hamburgo, Campo Bom, Canoas, Esteio, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. Localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo uma das regiões economicamente mais importantes do estado.

A expansão para os territórios do interior do Estado ocorreu a partir da reedição da gestão compartilhada entre coletivo criminal e sistema prisional que já havia se mostrado efetiva para a sobrevivência do grupo no Central, ainda no início do século XXI. Conforme explicou um interlocutor da pesquisa, os líderes da facção que possuíam penas extensas em razão da participação em assaltos a bancos foram sendo transferidos para as prisões que eram construídas fora da capital. Dessa forma, as 2ª e 3ª galerias do Pavilhão B do Central acabaram extrapolando os muros da prisão para se estabelecerem nas prisões do Vale dos Sinos, em Venâncio Aires, dentre outros territórios, de modo que tráfico de drogas, principal e mais lucrativo empreendimento das facções do estado, acabou migrando para essas cidades simultaneamente à construção de novas casas prisionais.

Nesses novos espaços, os Manos aderiram a uma tática de *crime pacificado* (CIPRIANI, 2019, p. 254), em que a expansão dos territórios de controle deve ser sopesada com o interesse por não adentrar em conflitos desnecessários. Uma das formas para instrumentalizar essa estratégia é a vinculação da facção, nas regiões interioranas, aos grupos locais a partir do fornecimento de armas e drogas. Para isso, jovens que são oriundos dessas localidades e acabam sendo presos entram em contato com as lideranças da facção, as quais identificam os sujeitos com maior capacidade de articulação nas suas comunidades de origem e os elegem como representantes do *embolamento*. Esses jovens se tornam a ponte entre a facção e o território, os sujeitos “que fazem a mão”, de modo que em pouco tempo de cadeia adquirem um elevado grau de poder.

Em relação aos responsáveis pelas decisões mais centrais ao funcionamento da facção, o grupo deixou de possuir a característica personalística em que um grande líder comanda todo o conglomerado de *bocas*¹⁶, de modo que atualmente existe “um colegiado no comando de Os Manos”¹⁷. Esse colegiado é responsável por punições a serem aplicadas aos desafetos, além de organizar os investimentos e controlar a contabilidade. Apenas no Presídio Central, o grupo chega a comandar em torno de 700 presos ocupantes das 2ª e 3ª galerias do B, conforme informa a reportagem da *Zero Hora*.

¹⁶ Ainda que a organização do espaço em que ocorre a venda da droga varie a depender da região e da cidade, ao menos em relação à capital é possível identificar um modelo de divisão do território, conforme descreve Cipriani: “cada boca tem um patrão, um gerente e um ou mais vendedores, também podendo conter campanas e seguranças. Acima deles, encontram-se o gerente geral, responsável por gerenciar um apanhado de bocas e, ainda, o patrão da vila, que é o dono de todas elas (2019, p. 82).

¹⁷ Quem era o grupo que fugiria. *Zero Hora*, 23 fev. 2017, p. 10.

A antiguidade na atuação do mercado criminal e o estabelecimento de certos territórios bastiões possibilitou que os Manos optassem por uma linha independente, evitando participar do principal conflito conflagrado na capital gaúcha a partir de 2016. Segundo indica um interlocutor entrevistado, “eles evitam essa coisa mais odiosa”: se for preciso realizar uma execução, fazem, mas sempre com muita ostensividade para evitar qualquer reação do grupo contrário. Nesse mesmo sentido, uma notícia indica a aderência do grupo a “meios mais racionais de execuções, quase que abolindo as demonstrações de crueldade e de espetacularização da violência”¹⁸.

Por outro lado, as ações criminais dos Manos extrapolam os limites do tráfico de drogas e adentram nas dinâmicas da lavagem de dinheiro e da estruturação de comércios legais. Em relação aos *envolvidos*, em que pese a expansão da facção para novos territórios prescindida da captação de jovens para o *embolamento*, o perfil dos líderes, *gerentes* e *patrões* ainda é formado por sujeitos mais velhos, com até 60 anos de idade. Assim, são indivíduos menos apegados aos aspectos mais simbólicos da identidade do *crime*, evitando manifestações explícitas nas redes sociais, como fotos armados, ou o uso de armas aparentes nos territórios em que atuam (CIPRIANI, 2019, p. 194).

Se o grupo se manteve relativamente afastado da polarização que disputava territórios em Porto Alegre a partir de 2016, também é verdade que os Manos nunca deixaram de atuar na configuração do tráfico de drogas da capital. Seja por representar o exemplo de organização a ser seguido, seja por se *embolarem* em certos momentos aos Antibala, seria um equívoco deixar de abordar a atuação dos Manos no cenário de expansão da violência extrema em Porto Alegre durante os anos de 2016 a 2018. Ainda que eles não tenham sido os protagonistas dessas *novas formas de matar*, portanto, os Manos interessavam-se pelo enfraquecimento dos Bala, já que o coletivo era seu principal concorrente nas franquias do interior do Estado.

Conforme se verá mais a frente, com o decorrer do tempo, os episódios de violência extrema ocorridos no contexto do conflito entre Balas e Antibalas foram suspensos, inclusive com a diminuição no número de homicídios da cidade de Porto Alegre a partir de 2018 (FBSP, 2019). Contudo, os dados coletados permitiram identificar um deslocamento do conflito entre as facções para o interior do Estado, mais centrado na

¹⁸ Ibid.

disputa entre os Manos – principais atores do tráfico nessas regiões – e os, agora fortalecidos, Bala na Cara.

No caso da principal cidade na região serrana, por exemplo, “a guerra entre Os Manos e Bala na Cara chegou a Caxias do Sul e responde por grande parte dos mais de cem homicídios registrados desde 2016”¹⁹. A interiorização dessas disputas, portanto, confirma o lugar dos Bala e dos Manos como principais facções do estado, “de tamanho e influência equiparáveis entre si” (CIPRIANI, 2019, p. 254). Para compreender como as configurações do mercado da droga chegaram a esse ponto, antes é preciso discorrer sobre os anos da *guerra* em Porto Alegre durante os quais, não apenas se contabilizaram centenas de mortes, como *novas formas de matar* foram operacionalizadas em ciclos de ação e reação entre dois *embolamentos* principais: os Balas e os Antibala.

3.2 Os Bala: da Bom Jesus para todo o estado

“A franquia do crime surgida no ‘Bonja’”²⁰ é o título de uma reportagem que busca delinear o surgimento dos Bala no cenário do tráfico de drogas gaúcho. Oriundos da parte mais carente de recursos do bairro Bom Jesus em Porto Alegre, a facção despontou para os olhos das forças policiais em 2007, quando se constatou que um triplo homicídio ocorrido no bairro não fora de autoria nem dos Bragés, nem dos Mirandas, famílias que dominavam os negócios ilícitos da região até então (FBSP, 2010, p. 44). Agindo primeiramente como uma espécie de “braço armado” dos Manos – por meio da realização de execuções em nome da facção – os Bala, desde o princípio, estabeleceram um modo de ação extremamente violento, o que se demonstra pelo próprio nome do grupo.

A autodenominação da facção fundou-se no que viria a ser a sua marca registrada, o *tiro de esculacho*, ou seja, a preferência por atirar no rosto do desafeto, de modo que fosse enterrado com caixão fechado, ação que “estendia a humilhação da vítima para o velório” (CIPRIANI, 2019, p. 138). Após se afastar dos Manos, os Bala se estabelecem como um grupo do mercado da droga distinto dos demais em razão de um modo específico de agir: pela lógica do mercado do capitalismo *gore*, uma nova empresa precisa de uma *marca registrada*TM (VALENCIA, 2010, p. 105). O *tiro de esculacho* cumpriu exatamente esse papel na apresentação dos Bala aos seus concorrentes.

¹⁹ Crime organizado avança no interior. *Zero Hora*, 30 jul. 2018, p. 18.

²⁰ Como agia a quadrilha de farda. *Zero Hora*, 18 jun. 2018, p. 16.

Utilizando-se do temor que essa marca produziu nas *bocas* na região do bairro Bom Jesus, a facção foi expandindo seu território de atuação tanto no espaço da rua, como pelos corredores do Presídio Central. Esse processo contínuo de fortalecimento do grupo levou a um ponto crucial: a partir de 2008, os presos vinculados aos Bala ganharam uma galeria do Central para chamar de *sua*, a 3ª galeria do Pavilhão F. Com a expansão na rua, acompanhada da expansão no sistema prisional, os *toma boca* – como os Bala também ficaram conhecidos, em referência a esse fenômeno – foram se tornando cada vez relevantes para o mundo do crime em Porto Alegre.

O surgimento dos Bala nas ruas da Bom Jesus – e não no interior do sistema prisional, como ocorreu com os Manos – é identificado como um fator desestabilizador dos acordos estabelecidos no mercado da droga. O *modus operandi* da facção não se diferenciava apenas pela forma eleita para matar, mas também em razão das táticas utilizadas para *tomar as bocas* contrárias. A estratégia consistia, basicamente, na coação especialmente violenta dos *gerentes* das *bocas* para que se filiassem ao grupo, somada à oferta de vantagens comerciais aos traficantes recém cooptados, como o empréstimo de armas e o fornecimento de drogas (CIPRIANI, 2019, p. 134).

Por meio desse esquema de “franquias”, conforme nomeia a reportagem da *Zero Hora*, os Bala cooptavam “donos de bocas de fumo oferecendo-lhe soldados e armas para manterem seus territórios” e, em troca, exigiam “a fidelidade na compra da droga fornecida pela facção e parte do lucro das vendas no varejo”²¹. Evidente que a estratégia não foi bem-sucedida na totalidade dos casos e os BNC encontraram diversos focos de resistência de pequenos grupos de traficantes que não pretendiam perder o controle que possuíam nas suas próprias *bocas*. Isolados, contudo, pouco podiam fazer diante do poder de armamento e de influência de uma facção estruturada tanto nas ruas, como no sistema prisional.

Assim, se a facção iniciou em um bairro de pouco mais de 28 mil habitantes (IBGE, 2010), em menos de uma década de atuação já possuía “15 pontos dominados, ou em disputa, na cidade”²². Importa referir que, diferentemente do que se observou em favelas cariocas ou mesmo na atuação do PCC em São Paulo (cf. BIONDI, 2014) os Bala não mantêm como princípio a ideia de proteção das comunidades que comandam, de modo que

²¹ DORNELLES, Renato. A franquias do crime surgida na “Bonja”. *Zero Hora*, 18 jun. 2018, p. 17.

²² Facções criminosas avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

não atuam para garantir a segurança dos moradores desses locais, ou para evitar que roubos ou crimes sexuais aconteçam, por exemplo (CIPRIANI, 2019, p. 146).

Para expandir para além das fronteiras da Bom Jesus, os Bala também se inseriram nos conflitos entre pequenos traficantes que ocorriam em outros territórios, como no caso da Cruzeiro, por exemplo, ou no Morro da Conceição – nesse caso, tratava-se de um território cujo comando do tráfico de drogas era muito lucrativo e, até 2013, estava pessoalizado em um traficante conhecido e bem querido na sua comunidade. A expansão das franquias dos Balas, portanto, ocorreu não apenas nas imediações do seu nascedouro, mas em bairros distantes da Bom Jesus, nos quais a facção se inseriu através do empréstimo de armas e da capitalização das *bocas*.

Outro instrumento para efetivar essa ampliação de territórios foi compartilhado por um interlocutor dessa pesquisa e diz respeito à forma de captação dos sujeitos expoentes, os quais viriam a exercer posições de comando na rua. Diferentemente dos Manos que elegem jovens articulados, os Bala optam por indivíduos que estão presos há muito tempo, mas que são respeitados em suas comunidades de origem. São homens falidos que passam, então, a serem capitalizados pela facção, de modo que, no momento do seu retorno à rua, já possuem os meios e a legitimidade necessários para dominar a região a que pertencem.

A partir do final de 2015, contudo, começa a se articular uma reação a essa frente expansionista, concentrada tanto em uma localidade fronteira da Bom Jesus, a Vila Jardim, como na região da Cruzeiro. O *embolamento* resultante da união de grupos médios nesses e em outros territórios da cidade se autodenomina Antibala, em referência ao elo que liga todos esses grupos: um inimigo em comum. Como consequência do conflito que se espalha por toda a cidade, tanto Balas como Antibalas passam a executar sujeitos do grupo contrário – ou simplesmente, *contras* – por meio do uso da violência extrema. Para um Delegado entrevistado pelo jornal *Zero Hora*, o principal líder dos Bala seria o responsável por ordenar “que as execuções se dessem da forma mais pública e escancarada possível”²³, por meio de esartejamentos e carbonizações, por exemplo.

Se o ano de 2016 representa o auge da *guerra* em Porto Alegre, momento em que a cidade atinge a maior taxa de homicídios da sua história, no ano seguinte a disputa se alastra também para as cidades vizinhas, como Alvorada, Viamão, Canoas e Eldorado do

²³ Mais R\$ 6,4 milhões do tráfico bloqueados. *Zero Hora*, 25 e 26 nov. 2017, p. 32.

Sul, região conhecida como Região Metropolitana de Porto Alegre²⁴. Em muitos casos essas cidades fazem fronteira com os bairros da capital que estavam em disputa, de modo que os conflitos acabaram transbordando para os municípios vizinhos também por uma questão geográfica.

Conforme será exposto no tópico seguinte, a *guerra* da capital e região começa a se apaziguar a partir de 2017. A força adquirida pelos Bala durante esse período, contudo, possibilita que a facção alce voos maiores, pretendendo, a partir de 2018, a conquista do mercado da droga do interior do estado, sobretudo pela disputa de territórios com os Manos, conforme já abordado no presente trabalho. A experiência adquirida durante o período de surgimento e expansão dos Bala em Porto Alegre, levou à própria facção a realizar uma reflexão a respeito das perdas oriundas de uma guerra que se utiliza de práticas *gore*, conforme um líder explicou para o interlocutor entrevistado: “nós perdemos muito tempo na guerra, e deixamos de ganhar dinheiro”.

3.3 Os Antibala: a contrarreação pela união

De modo a criar uma resistência contra o avanço dos Bala, grupos que até então mantinham sua atuação restrita a um local específico, estreitaram relações para criar uma “quadrilha com um objetivo em comum”²⁵. Os Antibala, organizados sobretudo a partir da aliança entre os traficantes do bairro Vila Jardim e o grupo oriundo da Vila 27 na Cruzeiro, o V7, passaram ao conhecimento da população da cidade por meio de uma série de ações de extrema violência, como o uso de decapitações e esquartejamentos. O primeiro desses episódios, em 16 de janeiro de 2016, consistiu na aparição de um corpo esquartejado enrolado em um edredom em que se lia “Bala nos Bala”. A vítima teve partes do seu corpo deixado na Bom Jesus, como forma de aviso à facção que comandava o bairro de que estava em curso uma reação à sua frente expansionista.

Em resposta às imagens divulgadas pelo *facebook*, em que a cabeça da vítima aparecia decapitada rodeada de inúmeras armas de fogo, os Bala prometeram a revanche, indicando que o alvo principal seria o líder do *embolamento* contrário, conhecido como Nego Jackson e atuante na região da Vila Jardim: “(...) vai ser bala só na cara a guerra tá formada e se liga jackson tamo na tua cola malandro”²⁶. O que se instaurou, a partir desse

²⁴ Facções espalham mortes. *Diário Gaúcho*, 09 jan. 2017, p. 24.

²⁵ Facções criminais avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

²⁶ Tráfico mata um por dia. *Diário Gaúcho*, 29 jan. 2016, p. 28.

momento, foi o acirramento dos conflitos entre esses dois polos de poder. Segundo Cipriani, a formação dos Antibala se justificou internamente a partir de duas frentes: os interesses comerciais e o discurso de reação às *covardias* cometidas pelos Bala (2019, p. 132).

Figura 1 – Divisão territorial entre BNC e Antibalas na Zona Leste da cidade



Fonte: Território conflagrado. *Zero Hora*, 19 jul. 2016, p. 9.

No discurso de alguns agentes da segurança pública, o *consórcio* de grupos seria provisório: “não é exatamente uma facção, mas uma união de quadrilhas com um objetivo em comum”²⁷. Provisório ou não, o fato é que o *embolamento* dos Antibala é formado por grupos remanescentes da facção dos Conceição, Vila Farrapos e Abertos, a partir do comando dos V7, originários do Bairro Santa Tereza – região da Cruzeiro –, da quadrilha vinculada aos Abertos no Bairro Vila Jardim e da quadrilha dos Patinho, do Loteamento Timbaúva. Essas três frentes constituiriam “uma espécie de espinha dorsal” do *embolamento*, conforme noticiou o *Diário Gaúcho*.

Conforme já apontado, o tráfico do Morro da Conceição foi o centro do mercado da droga de Porto Alegre durante a década de noventa. Com a desarticulação de Paulão da

²⁷ Facções criminais avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

Conceição, *patrão do morro* até 2013²⁸, o território passou a ser disputado de um lado por pessoas próximas de Paulão e, de outro, por alguns traficantes dissidentes. O conflito causou diversos homicídios e tiroteios na região até que o comando foi assumido por um indivíduo conhecido como Colete. Para alcançar o monopólio, o novo *patrão* da Conceição se aliou aos V7, iniciando uma parceria que seria rompida anos mais tarde com o seu assassinato em 2017.

Por outro lado, os desafetos de Colete – em sua maioria, antigos aliados de Paulão – acabaram se aproximando dos Bala, sendo acolhidos, então, na 3ª galeria do F no Central. A conquista do território da Conceição a partir do auxílio dos V7 foi o primeiro exemplo de êxito da aliança realizada entre grupos de regiões diferentes da cidade, de modo que serviu como *apoio* para as disputas que se seguiram na Cruzeiro e na Restinga (CIPRIANI, 2019, p. 133). O exemplo da Conceição é bastante característico de como, nesse período, as *novas formas de matar* foram precedidas de *novas forma de gerir* os territórios do tráfico, com a constituição de alianças entre grupos de espaços geograficamente distantes.

Assim, para os *envolvidos* no tráfico, a polarização entre Balas e Antibalas, reforçada pelos episódios de violência extrema que ocorreram durante o conflito, ganhou significados para além da disputa pelo monopólio da venda da droga. O *contra* virou um inimigo a ser combatido a todo e qualquer custo, um Outro desumanizado, que não apenas deveria ser morto, mas ter seu corpo humilhado e destruído (GRILLO, 2019, p. 87). O uso desse tipo de performance violenta também foi justificado pelo fato de que não apenas *envolvidos*, mas muitas mulheres e familiares acabaram vitimados durante a *guerra*. Conforme narrou um interlocutor:

eu coloquei numa mesma sala várias pessoas que tiveram entes próximos mortos assim. E é nítido o ódio muito grande. E são pessoas que controlam áreas muito grandes e com um exército muito grande. Como pacificar isso, é complicado.

Enquanto a *guerra* deixava centenas de mortos, os responsáveis pela segurança pública, pressionados a apresentar medidas efetivas de combate aos coletivos criminais, realizaram a transferência de líderes dos *embolamentos* para presídios no interior do estado, como a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Segundo informou a *Zero Hora*, o conflito teria perdido intensidade nos dias seguintes à ação²⁹.

²⁸ Da queda de um traficante à disputa de quadrilhas: entenda a violência na Vila Maria da Conceição. *Zero Hora*, 06 set. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/09/da-queda-de-um-traficante-a-disputa-de-quadrilhas-entenda-a-violencia-na-vila-maria-da-conceicao-9889876.html>>.

²⁹ Capital de Homicídios, *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

Outra ação policial tida como essencial para o apaziguamento do conflito foi a prisão, logo no início de janeiro de 2017, de Jackson Peixoto Rodrigues, o principal líder dos Antibala, apreendido pela polícia paraguaia na cidade de Pedro Juan Caballero. Conforme informa a *Zero Hora*, ele também teria sido o responsável “por abrir as portas da fronteira com o Paraguai em favor do grupo”, efetivando a importação, através do país vizinho, de “armamento pesado e drogas”³⁰. O preso passou a cumprir prisão preventiva em presídio federal na cidade de Cascavel (PR).

Apenas um mês após a notícia da prisão de Jackson, contudo, o mesmo jornal informou que a mudança nas posições de comando dos Antibala teria produzido o efeito colateral de aumento da violência nos homicídios realizados pelo *embolamento*, na medida em que

agora, os principais expoentes seriam criminosos com origem na região do Loteamento Timbaúva, Bairro Mario Quintana – boa parte já presos, mas ainda exercendo comando. E estes, segundo a polícia, têm um perfil ainda mais violento que o de Nego Jackson. O método das decapitações, por exemplo, acredita o Departamento de Homicídios, partiu justamente desse grupo criminoso da Zona Norte³¹.

Tendo em vista que as disputas prosseguiram, as forças de segurança pública do estado decidiram, em julho de 2017, pela realização da chamada “Operação Pulso Firme”, através da qual 27 presos foram transferidos para penitenciárias federais localizadas no Mato Grosso do Sul, Rondônia e Rio Grande do Norte³².

Em que pese a medida tenha caráter provisório, até o presente momento a grande parte dos presos transferidos se mantêm no Sistema Federal, de modo que ainda é precoce afirmar quais serão as consequências dessa estratégia estatal para a dinâmica do tráfico de drogas do estado a médio e longo prazo. De todo modo, interlocutores entrevistados indicaram que a Operação produziu o efeito imediato de diminuição dos casos de violência letal ocorridos na capital e RPMA, o que também se evidenciou pelas taxas de homicídios dos anos de 2018 e 2019, consideravelmente menores do que nos anos precedentes.

Apenas um mês após, um novo acontecimento mexeu com as estruturas do sistema prisional gaúcho: a morte de Colete, *patrão da Conceição* e até então, aliado dos V7. Conforme descreve Cipriani, as versões são divergentes a respeito das razões que

³⁰ Como a polícia prendeu o foragido N° 1, *Zero Hora*, 14 e 15 jan. 2017, p. 18.

³¹ Conflito na capital gaúcha está mais violento, *Zero Hora*, 3 fev. 2017, p. 19.

³² Planejamento, sigilo e gole nas facções: os detalhes da Operação Pulso Firme. *Zero Hora*, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/07/planejamento-sigilo-e-golpe-nas-faccoes-os-detalhes-da-operacao-pulso-firme-9856225.html>>.

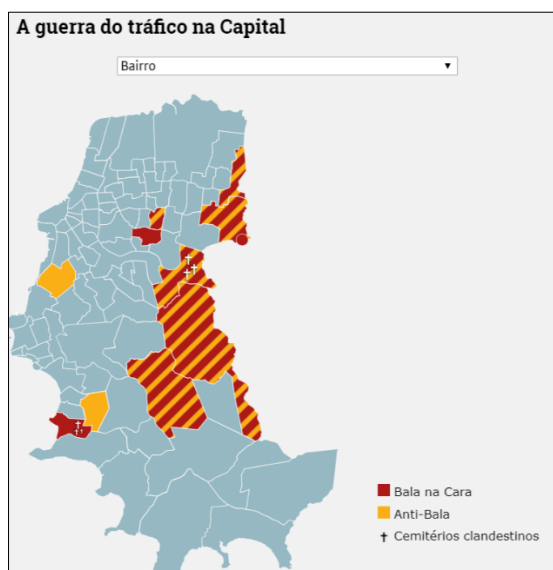
motivaram o assassinato (2019, p. 190). Em todo caso, seja porque Colete teria *crescido o olho* e tentado ganhar poder em cima de seus aliados da V7, seja o contrário, o fato é que a morte foi de autoria assumida pelo grupo da Cruzeiro, causando uma importante desestabilização interna dos Antibala.

Com a desavença entre V7 e Conceição, o primeiro grupo foi expulso da 2ª galeria do Pavilhão A do Central, onde até então dividia espaço com seus antigos aliados, mantendo-se no pavilhão aberto do presídio durante mais de um mês³³. Sinal do quão complexo é a compreensão das dinâmicas do crime, observa-se que, apesar das desavenças terem produzido, nesse período, inúmeras mortes no espaço da rua, o saldo acabou sendo positivo para os V7: além de ganharem poder no Morro da Conceição, passaram a controlar duas galerias do Central (CIPRIANI, 2019, p. 190). Assim, de articuladores de um *embolamento* que buscava resistir à expansão dos Bala, o grupo que até então restringia sua atuação a uma parte da Cruzeiro logrou, em menos de dois anos, expandir ele próprio sua influência, não apenas na sua região de origem – onde seu comando se tornou praticamente absoluto –, como também em territórios antes intocáveis no cenário do tráfico de Porto Alegre.

Nesse sentido, em que pese os Antibalas tenham enfraquecido como *embolamento* – seja pelos interesses divergentes dos grupos que o constituem, seja pela força daqueles que lhe fazem oposição – eles até hoje se mantêm em disputa em diversos territórios da cidade, conforme indicou a *Zero Hora* em reportagem do início do ano. Ao que parece, portanto, o uso da *marca registrada* da decapitação como forma de fazer frente ao *tiro de esculacho* dos Balas foi uma estratégia que possibilitou ao *embolamento* adquirir espaço no mercado da droga da cidade. As transformações dessa e de outros tipos de violência extrema ao longo do período serão abordados no tópico seguinte.

Figura 2 – A divisão do território de Porto Alegre entre Bala e Antibalas

³³ Permuta para os expulsos. *Diário Gaúcho*, 31 ago. 2017, p. 28.



Fonte: Como se dá a guerra das facções pelo tráfico de drogas em Porto Alegre. *Zero Hora*, 15 mar. 2019. Disponível em:

4. As novas formas de matar: um “cardápio de crueldades”³⁴?

No segundo conjunto de resultados, foi possível identificar diferentes fases no exercício da violência extrema em Porto Alegre no triênio analisado, sobretudo pela deflagração da disputa entre Balas e Antibalas. Nesse tópico, serão apresentadas as estratégias utilizadas pelos coletivos criminais durante esse período, objetivando compreender as transformações do uso da violência extrema e as possíveis razões explicativas para a opção por essas *novas formas de matar*. Assim, no primeiro ano da análise, o material coletado indicou uma maior ocorrência de mortes por alvejamentos, esquartejamentos e decapitações, em um contexto nomeado pela mídia local como de disseminação da “brutalidade na capital³⁵”.

Os alvejamentos são eventos em que a morte ocorre após a deflagração de dezenas de disparos no rosto ou no corpo da vítima. A menção de algumas reportagens à quantidade de tiros e ao local dos disparos permite visualizar a forma como essa violência se diferencia de um homicídio simples: “pelo menos 20 tiros de pistola 9mm, a maior parte no rosto”³⁶, “dez tiros – metade pelas costas³⁷”, “alvejado por mais de 50 disparos”³⁸, “com mais de

³⁴ Como o tráfico afeta a vida da capital. *Zero Hora*, 23 mar. 2016, p. 22.

³⁵ Autor de mutilação é procurado na capital. *Zero Hora*, 08 ago. 2016, p. 19.

³⁶ Comerciante é morto com 20 tiros. *Zero Hora*, 16 mar. 2016, p. 23.

³⁷ Mortos em intervalos de três horas. *Diário Gaúcho*, 21 mar. 2016, p. 24.

³⁸ Polícia teme nova guerra de facções. *Zero Hora*, 21 mar. 2016, p. 23.

100 tiros, dentro de casa³⁹”, “após dispararem 17 tiros contra a adolescente, a maioria no rosto, os assassinos passaram de carro por cima do corpo dela, arrastando-o por 60m”⁴⁰, “pelo menos 69 tiros de pistola 9mm foram disparados”⁴¹. No ano de 2016, foram noticiados dez eventos desse tipo, três em 2017 e apenas um em 2018.

Em um caso bastante emblemático, a reportagem teve acesso a áudios gravados pelo *WhatsApp*, em que um dos atiradores presta informações a um líder. Em um trecho, o sujeito que comanda a ação determina: “quem vocês pegar, faz de chuveirinho. Gasta todas as balas, não tem miséria (...)”⁴². Ainda, em pelo menos dois casos de alvejamentos, as notícias enfatizam que, apesar das vítimas serem mulheres, o seu gênero não seria mais capaz de protegê-las da violência extrema.

Em outra reportagem noticiou-se: “a brutalidade não poupa mulheres”⁴³. Assim, em que pese não fique suficientemente esclarecido se essas mortes decorrem do envolvimento das mulheres com o tráfico ou da sua proximidade com os *envolvidos*, o que se identifica é a subversão de antigos *códigos de ética* em que mulheres e crianças eram preservados na disputa violenta. Para Valencia, essa subversão se justifica em razão da imposição de novas regras econômicas – como a disputa territorial entre Balas e Antibalas, no caso da presente pesquisa – em que se torna possível racionalizar a morte sem distinção de gênero e idade (2010, p. 105).

Os esquarteramentos e decapitações são outro tipo de violência extrema que ganharam destaque na mídia local, o que foi chamado de “cardápio de crueldades sem precedentes”⁴⁴. No ano de 2016, foram contabilizadas 16 mortes com uso de decapitações na Região Metropolitana, eventos ocorridos sobretudo no segundo semestre do ano⁴⁵ e com causa atribuída ao conflito entre as facções. Também em relação a essa forma de exercer violência, a vitimização de mulheres a partir de decapitações foi identificada como sinal de uma “bestialidade” ou “algo que tempos atrás seria vetado até no submundo”⁴⁶.

Após atingidos, os corpos das vítimas são deixados em locais estratégicos da cidade, de modo que a facção contrária se depara com a vítima no seu local de atuação,

³⁹ Preso suspeito de matar irmãos com mais de cem tiros em Canoas. *Zero Hora*, 13 jun. 2016, p. 4.

⁴⁰ Mulheres na mira do tráfico. *Diário Gaúcho*, 08 out. 2016, p. 18.

⁴¹ Falsos policiais invadem casa e matam mulher em Porto Alegre. *Zero Hora*, 22 nov. 2016, p. 25.

⁴² Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

⁴³ Torturas, esquarteramentos e brutalidade na capital. *Zero Hora*, 06 ago. 2016, p. 28.

⁴⁴ Como o tráfico afeta a vida da capital. *Zero Hora*, 23 mar. 2016, p. 22.

⁴⁵ Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

⁴⁶ Torturas, esquarteramentos e brutalidade na capital. *Zero Hora*, 06 ago. 2016, p. 28.

reconhecendo, por meio da violência exercida, a ameaça que lhe está sendo dirigida. Ademais, os esquartejamentos dos corpos permitem *expandir* o recado: cada parte da vítima é inserida em sacos plásticos que podem ser distribuídos em mais de uma região da cidade. A territorialização do tráfico e a associação entre a região da cidade e os coletivos que as dominam cumpre, portanto, um duplo papel: serve tanto como indicativo de que se trata de crime relacionado ao tráfico de drogas, como ponto de partida para a identificação de qual facção foi responsável pelo ato⁴⁷.

Em dois casos noticiados, os corpos foram deixados nos bairros Mario Quintana e Cristal, na região da Vila Cruzeiro e “encarados como recados da facção dos Antibala para os Bala na Cara”⁴⁸. Contudo, ainda que a *marca registrada* das decapitações tenha sido inaugurada pelos Antibala como forma de sobrepor violência ao *tiro de esculacho* do grupo rival, logo esse tipo de violência extrema se tornou prática comum a ambas facções (CIPRIANI, 2019, p. 187). Assim, em um caso de decapitação noticiado, nas costas do homem vitimado estava escrito com batom vermelho: “Antibala, um abraço, é os Bala”⁴⁹.

Outra estratégia identificada pelo material jornalístico nesse período foi o *atentado* também chamado de “bondes da morte”⁵⁰ ou “tiros a esmo”⁵¹. Esse tipo de ação, em que grupos de jovens fortemente armados se dirigem aos territórios da facção contrária para executar alguns integrantes, disparando muitos tiros sem direção, por vezes é gravada e veiculada em site de compartilhamento de vídeos em que se observa a rota planejada, as execuções de inimigos específicos e a entoação do nome da facção da qual se faz parte. Os vídeos são enviados àqueles que ordenaram a ação, de modo a produzir uma prova de que o fato foi realizado.

Na narrativa jornalística de um desses eventos, estimou-se que três carros e sete motos compuseram o comboio de quinze homens armados que invadiram o bairro Bom Jesus e dispararam até 300 tiros, segundo informou a polícia⁵². Após esse *atentado*, foram cinco o total de feridos. Apenas dois dias depois, o jornal *Zero Hora* noticiou a ocorrência de um novo evento desse tipo, dessa vez na região da Cruzeiro com o resultado de uma

⁴⁷ Em casos como esses, ao identificar a facção que cometera a violência, a polícia costuma indiciar os líderes dos grupos como autores do fato, mesmo que não se produzam outras provas capazes de relacionar autor e fato.

⁴⁸ Sexto esquartejado e recado na capital. *Diário Gaúcho*, 27 set. 2016, p. 26.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

⁵¹ Capital de homicídios. *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

⁵² Um campo de guerra. *Diário Gaúcho*, 22 fev. 2016, p. 25.

vítima fatal e três feridos⁵³. Conforme o levantamento realizado pelo grupo jornalístico RBS, foram contabilizados “nove ataques desse tipo, com pelo menos 12 vítimas em 2016”⁵⁴.

Em julho e agosto do mesmo ano, ambos os jornais pesquisados passaram a conferir um maior destaque a esse tipo de violência extrema, mas se diferenciaram ao nomear a estratégia: o *Diário Gaúcho* chamou de “Bondes da Morte”, enquanto a *Zero Hora* identificou como “tiros a esmo”. O primeiro jornal descreveu a forma como se operacionalizam os *atentados*, identificando os autores, como “soldados em operação”, os quais receberiam “um mapa com a marcação de três pontos que seriam os alvos do ataque, (...) além de quatro fotos de jovens considerados os ‘alvos principais’”⁵⁵. Já o segundo periódico enfatizou como esse tipo de ação acaba vitimando pessoas sem envolvimento com o tráfico de drogas, dada a aleatoriedade dos disparos. De acordo com o Delegado entrevistado, apesar de haver um alvo específico, os autores “não saem sem cumprir a missão de ataque”, razão pela qual “atiram contra casas para matar inocentes”⁵⁶.

Em 2017, além da continuidade dos episódios de esquartejamentos e decapitações, sobretudo nos primeiros meses do ano⁵⁷, casos de carbonização começam a ser noticiados. No final do ano, o periódico estimou que 32 pessoas tenham sido mortas carbonizadas na Grande Porto Alegre, o que representaria 28% a mais do que no ano anterior⁵⁸. Alguns desses eventos foram gravados e os vídeos distribuídos através de redes de mensagem *online*. Os policiais entendem que as gravações são uma “espécie de prestação de contas”, pois os autores precisariam “mostrar, provavelmente a quem está na prisão, que cumpriram o serviço”⁵⁹. Ainda sobre 2017, observou-se que as chacinas decorrentes de *atentados* deixaram de estar concentradas na capital e se espalharam pela Região Metropolitana, como no caso ocorrido a cidade de Gravataí enquanto acontecia uma festa de rua⁶⁰.

Os estratos jornalísticos colacionados permitem duas análises. Em primeiro, fica demonstrado que as estratégias das facções se modificaram em um curto espaço de tempo. Embora a racionalidade dessas necropráticas esteja normalmente escondida sob o véu da

⁵³ Um morre e três se ferem em tiroteio. *Zero Hora*, 24 fev. 2017, p. 19.

⁵⁴ 16 decapitações, 1 inquérito concluído. *Zero Hora*, 10 jan. 2017, p. 19.

⁵⁵ Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

⁵⁶ Capital de homicídios. *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

⁵⁷ “Em 46 dias, nove vítimas foram esquartejadas na Região Metropolitana, sendo três degoladas”. Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

⁵⁸ Crueldade gravada mais uma vez. *Zero Hora*, 22 dez. 2017, p. 26.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ Como Gravataí virou uma zona de guerra. *Zero Hora*, 28 e 29 out. 2017, p. 34/35.

crueldade que faz parecer que não há justificativa possível quando se trata de violência extrema, tais transformações não foram aleatórias. A compreensão do fenômeno a partir da teoria do capitalismo *gore* possibilita romper com essa linha de pensamento – que também é responsável por atribuir características monstruosas aos sujeitos *envolvidos* nesses atos – , tornando possível a percepção do uso da violência tanto como ferramenta de autoafirmação pessoal, quanto como um modo de subsistência (VALENCIA, 2010, p. 91).

Há, portanto, um encadeamento dos tipos de violência extrema acionados pelos grupos. A destruição dos corpos realizada por meio dos alvejamentos – morte *sem assinatura* – é sobreposta, em seguida, pela letalidade com *marca registrada*, as decapitações e esquartejamentos. Se a destruição dos corpos é a resposta encontrada pelos Antibala para demonstrar seu espaço no mercado da droga, logo esse tipo de violência se generaliza e deixa de servir como forma de identificação da autoria do fato. Em meio a isso, os *atentados* extrapolam em mais um nível os limites que se impunham até então.

O corpo do Outro – que, na *fase* das decapitações precisava ser absolutamente destruído em sua individualidade, desconfigurado e *desidentificado* – perde relevância. Com os *atentados*, é a contiguidade do espaço territorial em que a facção contrária está estabelecida que precisa ser atingida. Nessa nova configuração, a violência transborda tanto o corpo dos *envolvidos*, como suas relações pessoais: não é mais necessário possuir relação afetiva ou de parentesco para se tornar um alvo, basta estar espacialmente próximo. O alvo é o *todo*.

A segunda análise diz respeito à mudança nas estratégias estatais impostas pelas transformações das práticas das facções. Conforme abordado no tópico anterior, é a partir do ano de 2017 e da diversificação das violências – com a difusão das notícias de que muitos inocentes estavam sendo atingidos – que as forças da segurança pública realizaram as transferências de líderes para penitenciárias do Sistema Federal, por exemplo. O que se observa, portanto, é que as ações policiais mais efetivas na contenção da violência extrema foram tomadas como resposta não tanto à *brutalidade* dos esquartejamentos, mas em resposta aos *atentados*, estratégia que extrapolava a fronteira da guerra *entre os envolvidos* e, por meio dos tiros à esmo, atingia crianças, idosos e mulheres alheias ao conflito.

Por fim, os agentes do sistema de justiça entrevistados acreditam que a partir do ano de 2018 – após a transferência e prisão de importantes líderes – os Bala perceberam que a produção da violência extrema contra os Antibala estava sendo prejudicial aos seus

rendimentos econômicos. Assim, se, por um lado, os índices de mortalidade violenta diminuíram na Região Metropolitana, por outro, identificou-se uma nova configuração na dinâmica do crime do estado. A partir desse período, são os Manos e os BNC que polarizam o conflito, sobretudo na disputa pelo comando das cidades do interior do estado, em uma disputa menos marcada pela espetacularização das mortes em comparação com o período anterior.

A opção por matar sem operacionalizar a violência extrema, a partir desse período, parece se explicar através de um fator essencial à compreensão do fenômeno como um todo: o espaço em que ocorre. O material jornalístico analisado permitiu identificar a regionalização dos tipos de violência, de modo que as decapitações e esquartejamentos se mostraram mais frequentes na capital, enquanto os *atentados* iniciaram nessa localidade, mas vieram a atingir fortemente a Região Metropolitana, em um momento posterior. Já nos conflitos ocorridos no interior do estado, nenhuma dessas mercoprácticas foi utilizada com frequência.

Assim, uma possível explicação para a relação entre tipo de violência e região de ocorrência – a ser desenvolvida em pesquisas futuras – se refere à possibilidade da investigação dos crimes por parte da polícia. Conforme compartilhado por um interlocutor, em cidades menores, seria muito difícil finalizar uma execução por esquartejamento antes que a polícia fosse acionada. É exatamente o contrário do que ocorreu em Porto Alegre: ainda que a *crueldade e brutalidade* dos atos tenham sido constantemente exaltadas, essas mortes se misturaram ao “caos da segurança pública” que vivia a cidade à época. Assim, enquanto se *matavam entre si*, os *envolvidos* contaram com a trégua policial necessária para que voltassem seu poder de força apenas aos seus *contras*.

Conclusão

Conforme exposto, a pesquisa possibilitou localizar o uso sistemático da violência extrema na cidade de Porto Alegre dos últimos três anos como estratégia de produção de capital econômico, pautado pelas leis do mercado de drogas local e entendido como prática *gore* (VALENCIA, 2010, p. 51). Para a autora que cunhou tal conceito, os únicos limites ao exercício dessa violência são aqueles das leis da oferta e da demanda dos seus próprios negócios, de modo que ela possui uma “disciplina econômica” e é operacionalizada para imprimir marcas específicas de cada grupo criminal – quando isso for conveniente aos negócios. Assim, a truculência da sua produção mascara uma racionalização distópica e

propriamente econômica, na qual, ao contrário do que poderia se pensar, não se perderam as referências do porquê se mata (VALENCIA, 2010, p. 105).

Sob essa interpretação, quando o mercado de drogas alcança um ponto de crise, por exemplo pela inserção de um conjunto de sujeitos que pautam novas estratégias de expansão territorial, há um incremento da violência nas ações, como no caso da polarização entre Balas e Antibalas nos anos de 2016 e 2017. Foi possível demonstrar, portanto, que as distintas formas de uso da violência extrema por parte dos coletivos possuem uma correlação com o seu posicionamento no mercado da droga do estado. A opção por elevar o nível de exercício da violência – do homicídio simples ao *tiro de esculacho* e desse às decapitações – se justifica na medida em que, para a lógica do capitalismo *gore*, essa violência pode ser transformada em chave de acesso à competição do mercado da droga.

Os BNC realizaram essa operação na primeira década do século e lograram alcançar seu espaço no território de Porto Alegre; os V7 reproduziram a mesma estratégia anos mais tarde, realizando alianças com outros pequenos grupos e impondo *novas formas de matar*. Para se manter em disputa, os Bala se igualaram na prática da violência, reforçando um ciclo de ação e reação entre *embolamento* e *contras*. Da interação violenta entre os grupos, ainda surgiu um terceiro tipo de violência extrema, os *atentados*, responsável pelo espraiamento da *guerra* para novos espaços das vilas e pela vitimização de moradores não *envolvidos*.

Se as forças da segurança pública, sustentavam que a ocorrência das decapitações e esquartejamentos significava apenas um “recado da ostentação e humilhação aos rivais”⁶¹, em um dado momento foi preciso implementar ações mais enérgicas, como a transferência de líderes às penitenciárias federais. Assim, na realidade de Porto Alegre entre 2016 e 2018, a maior visibilidade da violência do mercado ilegal se deu pelo aumento da competitividade entre os grupos, mas também pela falta de coesão e pela inércia do aparato policial, seguindo, portanto, o modelo previsto por Duran-Martinez (2015, p. 2).

Outro aspecto conclusivo da pesquisa foi a atuação dos Manos como um importante fator para a reorganização do uso da violência extrema no mercado da droga do estado, sobretudo no período mais recente do triênio analisado. Isso ocorreu em duas frentes: por um lado, a deterioração do conflito entre Balas e Antibalas e o rompimento de quase todos os pilares que até então estabeleciam a *ética* do crime afetaram a dinâmica de todos os

⁶¹ Como a polícia prendeu o foragido Nº 1. *Zero Hora*, 15 jan. 2017, p. 18.

grupos, forçando os Manos a retomarem a liderança decorrente do fato de serem a “facção mais antiga do RS”. Por outro, o seu enfrentamento aos Bala pode ter influenciado a expansão dessa facção para o interior do estado, em busca de novos territórios de atuação e da definição simbólica de quem deve ocupar o lugar de “facção do sul” (CIPRIANI, 2019, p. 187).

Assim, quando as configurações sociais do tráfico de drogas se transformaram em razão do deslocamento do conflito para outras cidades, os agentes do mercado modificaram a forma como se produzia a violência, de modo a torná-la menos espetacularizada. Esse *retorno* aos antigos modos de matar é mais um forte sinal de que a violência extrema praticada no contexto do capitalismo *gore* obedece à lógica econômica, mesmo que essa correlação esteja escondida sob os discursos que evocam a brutalidade e a crueldade dos atos.

Por fim, os caminhos que os coletivos criminais do Rio Grande do Sul tomaram nos últimos anos e os modos de operacionalizar a violência que foram adotados nesse período permitem identificar a persistência dos *envolvidos* em garantir a competitividade de seus *embolamentos* no mercado da droga. Nesse sentido, a opção pela violência extrema, apesar de todos os sacrifícios subjetivos àqueles que executam esses atos – tanto em relação à subjetividade dos jovens, quanto ao aumento descomunal dos custos e riscos de *envolver-se* –, indica que a aderência desses homens aos valores e objetivos da sociedade capitalista é tão forte a ponto de, sejam quais forem as condições estruturais postas, impulsioná-los em direção à transformação das necropráticas em capital econômico.

Referências bibliográficas

AQUINO, Jania P. D.; HIRATA, Daniel, Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. Revista **Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 84, 2018, pp. 107-147.

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Carlos, São Carlos, 2014.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUCRS, Porto Alegre, 2019.

_____. Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: o surgimento das “facções criminais” em Porto Alegre e sua manifestação atual. **Direito e Democracia (ULBRA)**, v. 17, n. 1, p. 105–130, 2016.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Drug markets, war and peace in Recife. **Tempo Social**, v. 29, n.

2, p. 115–134, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200115&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) USP, São Paulo, 2011.

DORNELLES, Renato,. **Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crimes organizado no RS**. 2ed. ampl. rev. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2017.

DURAN-MARTINEZ, Angelica. To Kill and Tell? State Power, Criminal Competition, and Drug Violence. **Journal of Conflict Resolution**, p. 1–27, 2015.

ESTÉVEZ, Ariadna. La gubernamentalización necropolítica del Estado y la masculinidad hegemónica: Dislocación y recomposición ontológica de los derechos humanos. **Derecho y Crítica Social**, v. 3, n. 1, p. 45–74, 2017a.

_____. La violencia contra las mujeres y la crisis de derechos humanos: de la narcoguerra a las guerras necropolíticas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México**, v. 3, n. 6, p. 69–100, 2017b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Narrativas da violência: documentos de pesquisa Juventude e Prevenção à Violência: Estratégias de Atuação**. Brasília: Senasp/MJ, 2010.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. FBSP, 2018.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13, FBSP, 2019.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

_____. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62–92, 2019.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 79, p. 15–38, 2010.

NORIEGA, Guillermo Núñez; CID, Claudia Esthela Espinoza. El narcotráfico como dispositivo de poder sexo-genérico: crimen organizado, masculinidad y teoría queer. **Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México**, v. 3, n. 5, p. 90–128, 2017. Disponível em: <http://estudiosdegenero.colmex.mx/index.php/eg/article/view/119>

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cadernos CRH**, v. 32, n. 85, p. 165–184, 2019.

RATTON, José Luiz et al. Configurações de homicídios em recife: um estudo de caso. In: **O panorama dos homicídios no Brasil**. Brasília: Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça, 2011. p. 73–89.

TRIANA, Sayak Valencia. Capitalismo Gore y necropolítica en México Contemporáneo. **Relaciones Internacionales**, v. 19, p. 83–103, 2012.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. España: Melusina, 2010.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, v. 55, n. 2, p. 327–365, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200003&lng=pt&tlng=pt

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, v. 19, n. 3, p. 463–487, 2015.